



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança
Gabinete da Superintendência-Geral de Gestão
Coordenação Geral de Licitações
Divisão de Licitações

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23079.231056/2022-10

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos, utensílios e mobiliário para equipar o Restaurante Universitário CT 2, a Superintendência Geral de Comunicação e o Escritório Técnico da Universidade, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2. Com o Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019, foi permitido estabelecer o critério de disputa dos licitantes na fase de lances (Modo Aberto - Fechado). Sugere-se, então, que sejam respeitados os descritivos por itens da tabela abaixo, pois esses critérios foram estabelecidos nos Estudos Preliminares da Contratação.

1.3. Tabela com a descrição dos itens, identificação e valores de referência:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	Balcão de distribuição refrigerado para 05 GN 1/1 65 mm em inox AISI 304; com protetor higiênico em vidro temperado, 02 prateleiras superiores e 01 inferior e 01 corre-bandejas; pés com sapatas niveladoras em poliamida; temperatura de trabalho +2 a +8°C; painel de comando liga/desliga; termo controlador; voltagem 220 V. Medidas: 2,35 x 1,00 x 0,85 m altura. Tomada steck Referência: Cozil, Ppienk, Steel.	254906	UND	2	R\$ 12.359,65	R\$ 24.719,30
2	Balcão de distribuição aquecido para 07 GN 1/1 200 mm; Em inox AISI 304, com protetor higiênico em vidro temperado, 01 prateleira inferior e 01 superior lisa em inox, 01 corre-bandejas, pés com sapatas niveladoras em poliamida, aquecimento com resistências blindadas por imersão, temperatura de trabalho de +60 a 90°C, voltagem 220 V, termostato e lâmpada piloto. Medidas: 2,70 x 1,00 x 0,85 m altura. Tomada steck Referência: Cozil, Ppienk, Steel, Inconox, Grunox.	252785	UND	2	R\$ 7.015,74	R\$ 14.031,48
3	Bancada Em inox AISI 304; com espelho e 02 tanques centralizados medindo 0,70 compr. x 0,70 larg. x 0,70 m altura; pés com sapatas niveladoras em poliamida. Medidas total da bancada: 3,25 x 0,80 x 0,90 m altura Referência: Cozil, Ppienk, Steel. OBS. As medidas devem ser conferidas no local antes da execução do equipamento.	363408	UND	2	R\$ 2.927,86	R\$ 5.855,72
4	Bancada Em aço inox AISI 304; com espelho traseiro de 10 cm, orifício redondo para descarte de resíduos e 01 cuba à esquerda medindo 0,60 x 0,50 x 0,50 m altura. OBS. O raio do círculo (orifício) deve estar distando 0,80 m do final da cuba no lado direito da bancada; pernas tubulares com sapatas em poliamida ajustáveis. Medidas totais da bancada: 2,00 x 0,70 x 0,90 m altura. (Referência: Cozil, Ppienk, Steel. OBS. As medidas devem ser conferidas no local antes da execução do equipamento.	363408	UND	3	R\$ 3.339,84	R\$ 10.019,52
5	Bancada com espelho, cuba e orifício. Em aço inox AISI 304; com espelho traseiro de 10 cm, orifício redondo para descarte de resíduos e 01 cuba à esquerda medindo 0,60 x 0,50 x 0,50 m altura. OBS. O raio do círculo (orifício) deve estar distando 0,80 m do final da cuba no lado direito da bancada; pernas tubulares com sapatas em poliamida ajustáveis. Medidas total da bancada: 2,50 x 0,70 x 0,90 m altura. OBS. As medidas devem ser conferidas no local antes da execução do equipamento.	239487	UND	2	R\$ 1.938,93	R\$ 3.877,86
6	Caixa plástica fechada sem tampa. Fabricada em PEAD; lisa; resistente a temperaturas negativas (câmara frigorífica); empilháveis; cor branco. Medidas: 0,36 x 0,55 x 0,24 m altura.	293400	UND	60	R\$ 106,47	R\$ 6.388,20
7	Caixa plástica perfurada sem tampa. Fabricada em PEAD; perfurada; resistente a temperaturas negativas (câmara	248259	UND	190	R\$ 85,19	R\$ 16.186,10

	frigorífica); empilháveis; cor branco. Medidas: 0,36 x 0,55 x 0,24 m altura.					
8	Carro para transporte de bandejas. Estrutura em inox AISI 304 montado sobre 04 rodízios giratórios de 04" sendo 02 com travas. Puxador em um dos lados. Fechados nas laterais e na traseira. Capacidade para 04 pilhas de bandejas 48x33 cm. Medidas: 1,00 x 0,70 x 0,85 m altura.	469974	UND	4	R\$ 2.033,20	R\$ 8.132,80
9	Catraca/roleta pedestal mecânica para acesso. Equipamento em aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó; com 03 braços em aço inox; bidirecional.	248984	UND	2	R\$ 1.971,67	R\$ 3.943,34
10	Centrífuga industrial para vegetais. Equipamento todo construído em aço inox AISI 304; utilizado para remover o excesso de água na superfície de vegetais; modelo redondo com abertura para cima; cesto interno todo em aço inox; pés com sapatas em poliamida; capacidade 75 litros de volume no cesto; peso aproximado: 140 kg; tensão: 220 V; potência: 2 cv. Medidas: 0,94 x 0,63 x 0,67 m altura. Tomada steck Referência: Lotis, Incalfer, Valmaq.	473366	UND	2	R\$ 27.250,00	R\$ 54.500,00
11	Mini câmara de resfriamento de 02 portas. Equipamento construído em aço inox AISI 304 (frente, laterais, corpo interno e portas em aço inox equipadas com sistema de fechamento magnético e puxadores frontais embutidos); teto, traseira e fundo em alumínio liso naval; pés niveladores de altura em poliamida 6.6 (nylon); isolamento em poliuretano de alta densidade; dobradiças em aço Inox AISI 304; cantoneiras removíveis com alturas ajustáveis para receber 28 recipientes gastronorm 1/1 65 mm e 10 caixas plásticas medindo 36x55x25 cm altura (37 litros); sistema de refrigeração especial através de ar forçado; unidade de refrigeração incorporada; degelo automático com o sistema frost-free; termocontrolador digital de temperatura; temperatura de trabalho: +2°C a +6°C; gás ecológico R134 A; temperatura de trabalho congelados: -16°C a -18°C; gás ecológico R-404 a; capacidade interna 812 litros. Medidas: 0,95 x 0,76 x 2,05 m altura. Alimentação elétrica: tensão 220V monofásico, 60Hz, potência do compressor 1/2 HP. Tomada steck Referência: Cozil, Ppienk.	603113	UND	3	R\$ 12.393,38	R\$ 37.180,14
12	Mini câmara de congelamento de 04 portas. Equipamento construído em aço inox AISI 304 (frente, laterais, corpo interno e portas em aço inox equipadas com sistema de fechamento magnético e puxadores frontais embutidos); teto, traseira e fundo em alumínio liso naval; pés niveladores de altura em poliamida 6.6 (nylon); isolamento em poliuretano de alta densidade; dobradiças em aço Inox AISI 304; cantoneiras removíveis com alturas ajustáveis para receber 56 recipientes gastronorm 1/1 65 mm e 20 caixas plásticas perfuradas medindo 36x55x25 cm altura (37 litros); sistema de refrigeração especial através de ar forçado; unidade de refrigeração incorporada; degelo automático com o sistema frost-free; termocontrolador digital de temperatura; temperatura de trabalho: +2°C a +6°C; gás ecológico R134 A; temperatura de trabalho congelados: -16°C a -18°C; gás ecológico R-404 a; capacidade interna 1717 Litros. Medidas: 1,90 x 0,76 x 2,05 m altura. Alimentação elétrica: tensão 220 V monofásico, 60 Hz, potência do compressor 1 1/2 HP. Tomada steck. Referência: Cozil, Ppienk.	603113	UND	3	R\$ 12.748,02	R\$ 38.244,06
13	Monobloco fechado sem tampa (caixa plástica). Em polipropileno; empilhável; cor verde. Medidas: 0,65 x 0,45 x 0,18 m altura.	264541	UND	30	R\$ 54,89	R\$ 1.646,70
14	Refrigerador/freezer industrial vertical com 02 portas. Construção em aço inoxidável AISI 304; com 02 portas verticais; prateleiras internas em aço inoxidável; isolamento térmico através de espuma de poliuretano injetado formando um monobloco; portas com gaxetas magnéticas em PVC com dobradiças inox; resistências anti-condensação nos batentes das portas formando uma barreira térmica; refrigeração por meio de evaporador de ar forçado com sistema de degelo automático Frost Free alimentada por unidade compressora hermética com controle de temperatura através de termocontrolador digital e gaveta coletora de líquidos; sapatas niveladoras termoplásticas; temperaturas de trabalho: freezer -15°C a -18°C; refrigerador 03°C a 06°C; voltagem 220 V. Medidas: 0,75 x 0,75 x 2,00 m altura Referência: Cozil, Ppienk, Frilux	603113	UND	2	R\$ 7.966,02	R\$ 15.932,04

15	Cadeira de escritório. Assento estofado em courvin na cor verde, ajustáveis na altura; com braços fixos; pernas em estrutura de polipropileno com 05 rodízios giratórios.	373523	UND	14	R\$ 379,39	R\$ 5.311,46
16	Cesto rack para lava-louças industrial. Em polipropileno rígido resistente a temperaturas de até 94°C; indicação para lavagem de talheres apoiado na gaveta lisa da lava-louças; cesto sem alça com 08 compartimentos; cor cinza ou bege. Medidas: 43 cm de comprimento x 18 cm de largura x 15 cm altura. Referência: Cambro, Trovy, Tagcard.	395136	UND	20	R\$ 242,85	R\$ 4.857,00
17	Cuba GN em inox 1/1 200 mm com tampa. Em inox 304 com duas alças e tampas sem recortes; cantos arredondados sem solda. Medidas: 32,5 cm larg. x 53 cm compr. x 6,5 cm altura. Capacidade 25 litros. Peso aproximado 2,0 kg. Referência: Vaccarin, Tramontina, Brinox, Gourmet Mix.	304473	UND	50	R\$ 268,61	R\$ 13.430,50
18	Mesa tipo plataforma de trabalho 6 lugares em MDP com tampo confeccionado em MDP 18mm cor Carvalho Hanover, pés niveladores, 2 furos no tampo passa fio, pés em aço carbono com calha para passagem de fiação oculta, medidas totais: L 3,00x P 1,20 x A 0,74.	603928	UND	4	R\$ 3.810,70	R\$ 15.242,80
19	Armário alto fechado em mdf. 2 portas c/ fechadura e chaves, 4 prateleiras reguláveis, confeccionado em mdp 40 mm encabeçado, laterais e portas em mdp 15mm, fundo mdf 3mm, pés niveladores. Medidas l 0,80m x a 1,60m x p 0,40m. Cor carvalho hanover.	458707	UND	7	R\$ 641,13	R\$ 4.487,91
20	Armário baixo fechado em mdf p/ escritório. Tampo confeccionado em bp 25mm c/ fita de borda de 2mm, 1 prateleira, portas confeccionadas em bp 15mm c/ fita de borda de 1mm, corpo confeccionado em bp 15mm c/ fita de borda de 1mm, rodapé em estrutura tubular metálica c/ nivelador de altura, fixação por sistema minifix e cavilha, dobradiças 110°, fundo mdf 3mm. Fechadura c/ chave. Medidas l 0,80m x p 0,497m x a 0,74m. Cor carvalho hanover.	481751	UND	6	R\$ 490,44	R\$ 2.942,64
21	Forno elétrico de bancada em inox capacidade 65 litros. Gabinete externo e puxadores em aço inox; gabinete interno com revestimento easy-clean; porta removível de vidro cristal temperado; 02 prateleiras removíveis; aparador para resíduos; isolamento térmico com lã de vidro; chave de controle de temperatura; consumo máximo a 300 °C – 1.0 kw/h; termostato de precisão: 50° - 300°C; 04 resistências blindadas de 1500W; lâmpada interna com proteção; potência 2.400 W; voltagem 127V. Medidas internas: 0,50 larg. x 0,43 prof. x 0,31 m altura. Referência: Philco, Fisher, Layr.	473580	UND	2	R\$ 792,62	R\$ 1.585,24
22	Guichê em inox passa-cubas. Em inox AISI 304; com 03 planos para passagem de cubas GN (medidas: 32,5 cm larg. x 53 cm compr. x 10 cm altura) por vez. Medidas do guichê: 0,70 larg. x 0,40 prof. x 0,60 m altura Referência: Cozil, Ppienk, Steel, Inconox, Grunox.	282427	UND	2	R\$ 2.745,00	R\$ 5.490,00
23	Ventilador de parede com 03 pás; grades em aço; 70 cm de diâmetro; potência 270 W; voltagem: 127/220 V; cor prata.	453611	UND	10	R\$ 420,58	R\$ 4.205,80
24	Balcão horizontal refrigerado com 03 portas Equipamento todo em inox AISI (corpo externo, interno, portas e prateleiras); isolamento em poliuretano de alta densidade; sistema de refrigeração através de ar forçado; unidade de refrigeração incorporada; degelo automático com sistema frost-free; termocontrolador digital de temperatura; temperatura de trabalho refrigerador: +2°C a +6°C; gás ecológico R-134a; pés niveladores de altura em poliamida; capacidade 282 litros; alimentação elétrica: tensão 220V monofásico, 60Hz; potência 1/4 HP. Medidas: 2,10 compr. x 0,58 larg x 0,70 m altura Tomada steck Referência: Cozil, Ppienk, Steel.	253723	UND	2	R\$ 9.185,47	R\$ 18.370,94
25	Bancada lisa em inox AISI 304; com espelho traseiro; prateleira lisa inferior; pés com sapatas niveladoras em poliamida. Medidas: 3,00 x 0,80 x 0,90 m altura Referência: Cozil, Ppienk, Steel.	457008	UND	2	R\$ 1.741,18	R\$ 3.482,36
26	Tanque todo em inox AISI 304; com espelho traseiro de 10 cm ; cuba medindo 0,80 x 0,80 x 0,70 m altura; pernas tubulantes com sapatas em poliamida. Medidas do tanque: 0,90 x 0,90 x 0,90 m altura. Referência: Cozil, Ppienk, Steel. OBS. As medidas devem ser conferidas no local antes da execução do equipamento.	363408	UND	2	R\$ 2.342,37	R\$ 4.684,74
27	Escumadeira em inox de boa qualidade; cabo longo liso inteiriço com gancho. Medidas: 4,5 cm altura x 10 cm diâmetro x 32 cm	315467	UND	30	R\$ 19,61	R\$ 588,30

	comprimento.					
28	Persianas Material: PVC – Cloreto de Polivinila; Tipo: Vertical; Acabamento: Tratamento superficial fosco, cor cinza claro; Dimensões: L= 1.30m; A= 1.60m; Outras Dimensões: Largura Lâmina= 90mm; Espessura Lâmina= 1mm; Largura Espaçador Lâmina= 15mm; Características Adicionais: Controle giratório em corrente de aço inoxidável, aplicação ambiente profissional. Plástico no lado superior do frasco.	446344	m ²	29	R\$ 246,33	R\$ 7.143,57
29	Mesa reta tipo padrão em MDP p/ escritório. Tampo confeccionado em MDP 25 mm. Medidas: L 1,20m x P 0,60m x A 0,74m. 2 furos passa fio no tampo. Pés niveladores. Pés em aço carbono com calha. Saia em MDP 25 mm. Cor tampo: carvalho hanover com estrutura na cor preta.	603907	UND	8	R\$ 589,91	R\$ 4.719,28
30	Mesa reta tipo padrão em MDP p/ escritório. Tampo confeccionado em MDP 25 mm. Medidas: L 1,00m x P 0,60m x A 0,74m. 2 furos passa fio no tampo. Pés niveladores. Pés em aço carbono com calha. Saia em MDP 25 mm. Cor tampo: carvalho hanover com estrutura na cor preta. Mesas c/ uma gaveta fixa com chave e corpo em aço.	603907	UND	4	R\$ 683,58	R\$ 2.734,32

1.4. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.6. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.8. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Trata-se de aquisição de bens comuns, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do envio da nota empenho em remessa (única ou parcelada), nos seguintes endereços:

5.1.1. ITENS 18, 19, 20, 29 e 30: Av. Carlos Chagas Filho, 791 - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-599.

5.1.2. DEMAIS ITENS: Av. Athos da Silveira Ramos, nº149, Bloco H – Restaurante Universitário CT 2.

5.2. Caso o volume de produtos a serem entregues seja de grande porte ou quantidade é necessário agendamento prévio.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem

prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

7.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$	<p style="text-align: center;">EM = Encargos moratórios;</p> <p style="text-align: center;">N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p style="text-align: center;">VP = Valor da parcela a ser paga;</p> <p style="text-align: center;">I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p style="text-align: center;">$I = (TX)$</p> <p style="text-align: center;">$I = (6 / 100) / 365$</p> <p style="text-align: center;">$I = 0,00016438$</p> <p style="text-align: center;">TX = Percentual da taxa anual = 6%</p>
---	--

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

13.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

13.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

13.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

13.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou

de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

13.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 14.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 14.1.5. cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.2.2. Multa:

14.2.2.1. moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

14.2.2.2. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

14.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

14.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 14.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

14.4. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.3, 14.2.4 e 14.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 14.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 339.934,12 (trezentos e trinta e nove mil, novecentos e trinta e quatro reais e doze centavos).

15.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.3. Os bens objetos da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.

15.4. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem as últimas.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. De acordo o Decreto 7892/2013, Art. 7º, § 2º: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2023.

Renata Santos Pereira Machado
Coordenadora do Sistema Integrado de Alimentação

Sergio Duque Estrada
Superintendente Geral de Comunicação Social

Aprovo o presente Termo de Referência.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2023.

André Esteves da Silva
Pró-Reitor de Gestão e Governança



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Nazare de Sa Duque Estrada Meyer, Superintendente**, em 09/05/2023, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Santos Pereira Machado, Coordenador(a)**, em 09/05/2023, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Esteves da Silva, Pró-Reitor(a) de Gestão e Governança**, em 09/05/2023, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrj.br/autentica>, informando o código verificador **3012306** e o código CRC **E9B65BFD**.